Por Voltaire Marenzi. Advogado e Professor.

Segundo **Informativo do Sindsergs** divulgado hoje, 27/10/2025, já amplamente propagado pela mídia, “ladrões roubaram objetos avaliados em mais de R$ 550 milhões, mas museu não será indenizado pela perda”.

Nesta reportagem se colhe que “no dia 19 de outubro de 2025, houve um audacioso assalto ao **Louvre** às 09h30 (horário local), em que se quebrou uma janela da galeria chamada Galerie d’Apollon – onde estavam expostas joias históricas da realeza francesa – e em menos de oito minutos os assaltantes fugiram com oito peças valiosíssimas.

As peças levadas incluíam: um diadema, colar de esmeraldas e brincos atribuídos à Empress Marie-Louise; um diadema com cerca de 2. 000 diamantes pertencente à Empress Eugénie, mulher do Napoleon III; um colar, brincos e um broche ligados às rainhas Marie-Amélie e Hortense e uma coroa da Empress Eugénie que foi recuperada, embora danificada fora do museu.

Havia também, continua o relato, tiaras, brincos e colares cravejados de diamantes, safiras e esmeraldas. Mas, quando ladrões invadiram o **Museu do Louvre** neste audacioso assalto roubando as joias da coroa pertencentes à Imperatriz Eugénie, esposa de Napoleão III, o que eles levaram era algo inestimável, vale dizer uma parte do patrimônio da França que jamais poderá ser substituído.

De outro giro, digo eu, inestimável é o valor da própria vida que “diferentemente do seguro de danos, que segue o princípio indenitário (limitando a indenização ao valor real do prejuízo), o seguro de vida não exige correspondência direta com um prejuízo econômico mensurável”.[1]

Retomando ao tema. O **Louvre** estimou o valor do roubo em impressionantes € 88 milhões, ou cerca de R$ 550 milhões, consoante supra registrado.

Porém, o museu não será indenizado por nenhuma seguradora. Descobriu-se que nenhum dos itens reais estava segurado.

Quando os ladrões escalaram uma escada mecânica até o segundo andar do **Louvre** e invadiram a Galeria Apollo, aonde as joias reais estavam expostas eles, essencialmente, entraram em um prédio do governo que abriga tesouros pertencentes ao Estado francês.

A maioria dos museus franceses possui seguro, mas o Estado atua como seu próprio segurador nos maiores museus, incluindo o próprio **Louvre**. Segundo Nicolas Kaddeche, diretor técnico da Hiscox Assurances France – uma das líderes no mercado de seguros para museus –, nenhum seguro privado foi contratado para as joias ou para qualquer parte das coleções permanentes do **Louvre**.

Qual seria o motivo? Os prêmios de seguro seriam proibitivamente caros – mais altos até que o custo de investir em vigilância e manter uma equipe de segurança, mesmo para o **Louvre**, que tem até seu próprio corpo de bombeiros interno.

Como o maior museu do mundo, o **Louvre** possui um catálogo que inclui, a Mona Lisa, a Vênus de Milo e mais de 35 mil obras de arte em exposição ao longo de 13 quilômetros de corredores – sem contar outras 500 mil peças registradas em seus bancos de dados.

Segurar obras de arte tão valiosas poderia custar bilhões de euros em prêmios de seguro por ano. Mesmo se o **Louvre** decidisse segurar partes do museu, por exemplo, no caso de risco de incêndio, os valores seriam estratosféricos.

“O Louvre representa uma acumulação excepcional de ativos em um único endereço, o que o torna muito mais difícil de segurar do que um museu menor”, disse Kaddeche. Ele acrescentou que,

economicamente, era mais vantajoso para o governo assumir o risco e atuar como seu próprio segurador – ou seja – a mesma situação da Catedral de Notre Dame.[2]

Embora o **Louvre** tenha um histórico de preocupações com segurança, com orçamentos apertados, os museus sempre vão priorizar melhorar os sistemas de segurança em vez de contratar seguros.

Peter Keller, diretor-curador do Musée de la Légion d'Honneur em Paris, afirmou que, se os museus quisessem manter os itens realmente seguros, poderiam simplesmente retirá-los de exibição, mas isso seria apenas uma solução temporária.[3]

De outra banda, sempre que alguma obra do Louvre é transportada, um seguro específico é exigido. Tirar uma pintura ou objeto de sua exposição e enviá-lo a outro local é considerado "estruturalmente arriscado", de acordo com o Ministério da Cultura da França.

O ministério chegou a cogitar transportar a Mona Lisa para o museu-irmão do Louvre, em Lens, no norte da França, por três meses em 2018. Mas, ao estimar o custo do seguro em quase € 35 milhões, decidiram manter a Mona Lisa em sua vitrine à prova de balas.[4]

Museus nacionais na França, assim como nos Estados Unidos, também só contratam seguro para exposições temporárias realizadas nas próprias dependências.

A legislação ou prática administrativa francesa parece impedir ou não incentivar que museus nacionais façam apólices convencionais para as coleções que permanecem no local habitual.[5]

O Estado francês, por meio do ministério da Cultura, afirmou que "o Estado age como seu próprio segurador quando as obras pertencentes a museus nacionais permanecem em seu local usual de conservação".[6]

Há a alegação de que os prêmios de seguro seriam altíssimos e não compensariam, dado que o "índice de sinistralidade" para esses bens é muito baixo.[7]

Em consequência, se as peças não forem recuperadas, o museu/Estado não receberá pagamento de seguradora para compensar a perda – a exposição sofre o dano patrimonial sem restituição financeira via seguro.

A falta de seguro não elimina a necessidade de segurança proporcional – de fato, o incidente expôs fragilidades na segurança do museu, o que pode agravar o risco futuro (e o seguro, se houvesse, poderia impor exigências maiores)[8].

Há também o risco de que, uma vez furtadas, as peças sejam desmontadas (gemas recortadas, metais vendidos) – o que reduz drasticamente a chance de recuperação e complica qualquer seguro ou restituição.

O roubo das joias do Louvre ilustra bem os desafios de se proteger obras de arte de valor extremo, mesmo com valores monetários estimados, o seguro privado muitas vezes não é viável para peças únicas e de alto risco patrimonial.

O modelo estatal de "seguradora própria" transfere o risco para o erário público – sem garantia de compensação financeira caso a recuperação falhe.

A prevenção (segurança, monitoração, protocolos) torna-se ainda mais crítica, pois a compensação pós-evento (por seguro) está praticamente ausente.

Para especialistas focados no tema em pauta, esse caso reforça a necessidade de modelar políticas de risco, verificar adequação de seguros ou de fundos patrimoniais para museus, e entender os trade-offs entre custo, risco e recuperação.

É um caso a ser melhor estudado para que sejam envidadas formas de socorrer situações anômalas apresentadas no caso concreto e que estarreceu o mundo com este deplorável sinistro.

Porto Alegre, 27/10/2025.

_____

[1] Voltaire Marenzi. Análise da Nova lei de Seguros. Roncarati Editora, 2025, página 164.

[2] Reportagem acima citada.

[3] Ibidem.

[4] Bis in idem.

[5] CBS News

[6] Idem.

[7] Fonte. Art Dependence.

[8] Fonte. Le Monde.França.